



QUARTA-FEIRA, 28 DE JANEIRO DE 2026

Ano 12, Edição 2582 Pág. 1 de 5

PORTARIA Nº 89/2026-GDPG/DPE/AM

O DEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 9º, inciso VIII, da Lei Complementar nº 01 de 30 de março de 1990, consolidada na forma do art. 9º da Lei Promulgada nº 51 de 21 de julho de 2004;

CONSIDERANDO o teor do processo n.º 26.0.000000900-7;

RESOLVE:

I - ATRIBUIR aos servidores descritos no Anexo Único, o adicional previsto no art. 31, inciso XI, da Lei n.º 4.077/2014, com redação dada pela Lei n.º 4.831/2019, no valor correspondente ao nível 1 do Anexo XII da mesma lei, por dia efetivamente trabalhado, em razão da participação no Projeto Meu Pedaco de Chão, em atendimento à comunidade Nobre bairro Lago Azul, nos dias 28 e 29 de janeiro de 2026.

Cientifique-se, cumpra-se e publique-se.

GABINETE DO DEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 27 de janeiro de 2026

Rafael Vinheiro Monteiro Barbosa
Defensor Público Geral do Estado

ANEXO ÚNICO

Lúcio Cláudio Zahluth Lins	Servidor
Cristiane Andrade Leite	Servidora
Luana Cristina de Souza Cabrini	Assessora
Luana Gabrielle Moraes Gadelha	Assessora
Aline Lima Moraes	Assessora
Tiago de Paula Costa	Assessor DTI
José Marques Gonçalves Junior	Motorista

PORTARIA Nº 86/2026-GDPG/DPE/AM

O DEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso das atribuições que lhe são

conferidas pelo art. 9º, inciso VIII, da Lei Complementar nº 01 de 30 de março de 1990, consolidada na forma do art. 9º da Lei Promulgada nº 51 de 21 de julho de 2004;

CONSIDERANDO a atribuição do Defensor Público Geral para designar os membros da Defensoria Pública para o desempenho de tarefas especiais no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Amazonas, na forma do art. 9º, inciso XI da Lei Complementar Estadual nº 01, de 30 de março de 1990;

CONSIDERANDO a atribuição do Defensor Público Geral para praticar atos de gestão administrativa, na forma do art. 9º, inciso XII, da Lei Complementar Estadual nº 01, de 30 de março de 1990;

CONSIDERANDO o teor da Portaria n.º 1397/2025/GDPG/DPE/AM, publicada no Diário Oficial Eletrônico da DPE/AM em 5 de agosto de 2025, Ano 11, Edição 2467, Pág. 7 de 31, que instituiu o Grupo de Trabalho para atuação na execução do projeto "Mãe Terra";

CONSIDERANDO o teor do processo SEI n.º 25.0.000007879-7, 25.0.000016464-2 e 26.0.000000277-0;

RESOLVE:

INCLUIR, a contar de 28 de janeiro de 2026, o servidor Felipe Araújo Duarte e a servidora Aline Lima Moraes, na Portaria n.º 1397/2025/GDPG/DPE/AM, publicada no Diário Oficial Eletrônico da DPE/AM em 5 de agosto de 2025, Ano 11, Edição 2467, Pág. 7 de 31, para compor a equipe do Grupo de Trabalho atuante na execução do projeto "Mãe Terra", iniciativa conjunta do NUMAF com o Núcleo de Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais - NUDCIT.

Cientifique-se, cumpra-se e publique-se.

GABINETE DO DEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 27 de janeiro de 2026

Rafael Vinheiro Monteiro Barbosa
Defensor Público Geral do Estado



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO AMAZONAS



Sede Administrativa | Av. André Araújo, 679
Aleixo - CEP 69060 - 0000 | Manaus -AM

Rafael Vinheiro Monteiro Barbosa
Defensor Público Geral
Ana Karoline Santos Pinto Rocha
1ª Subdefensora Pública Geral
Marco Aurélio Martins da Silva
2ª Subdefensor Público Geral
Clóvis Roberto Soares Muniz Barreto
Corregedor Geral

A validade deste documento pode
ser verificada através da página
oficial do Diário Oficial da DPE-AM
através do QRCode abaixo:





PORTARIA Nº 90/2026-GDPG/DPE/AM

O DEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 9º, inciso VIII, da Lei Complementar nº 01 de 30 de março de 1990, consolidada na forma do art. 9º da Lei Promulgada nº 51 de 21 de julho de 2004;

CONSIDERANDO a atribuição do Defensor Público Geral para designar os membros da Defensoria Pública para o desempenho de tarefas especiais, em consonância com o art. 9º, inciso XI, da Lei Complementar Estadual n. 01, de 30 de março de 1990;

CONSIDERANDO o teor do Processo SEI n.º 26.0.000000072-7;

RESOLVE:

I - DESIGNAR, a contar de 28 de janeiro de 2026, pelo período de 1 (um) mês, a servidora **Larissa Rodrigues Cavalcante de Menezes** para auxiliar os trabalhos da 2ª Defensoria Pública do Polo do Rio Negro-Solimões, em caráter excepcional e sem prejuízo das atribuições ordinárias, a partir das 14 (quatorze) horas;

II - ATRIBUIR, à servidora designada, o adicional previsto no art. 31, inciso XI, da Lei Estadual n. 4.077/2014, no valor correspondente ao nível 4, do Anexo XII, da mesma lei, com redação dada pela Lei Estadual n. 4.831/2019.

Cientifique-se, cumpra-se e publique-se.

GABINETE DO DEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 27 de janeiro de 2026.

Rafael Vinheiro Monteiro Barbosa
Defensor Público Geral do Estado

EXTRATO

ESPÉCIE: ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N.º 03/2026-DPE/AM.

PROCESSO: 25.0.000017117-7-DPE/AM.

PARTÍCIPIES: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS – DPE/AM, ESCOLA SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS – ESDEP e a ASSOCIAÇÃO DAS DEFENSORAS E

DEFENSORES PÚBLICOS DO ESTADO DO AMAZONAS – ADEPAM.

OBJETO: Conjugação de esforços institucionais entre os partícipes para a realização de atividades de interesse público e institucional da Defensoria Pública do Estado do Amazonas, especialmente nas áreas de educação em direitos, formação e capacitação jurídica, promoção do acesso à justiça, realização de eventos, seminários, cursos, palestras, campanhas institucionais e ações voltadas à cidadania.

DATA DA ASSINATURA: 28/01/2026.

VIGÊNCIA: 28/01/2026 a 28/01/2028, podendo ser prorrogado e/ou alterado mediante Termo Aditivo, de acordo com as disposições legais.

VALOR: As ações resultantes não implicam transferência de recursos financeiros entre os partícipes, sendo as atividades desenvolvidas executadas com os meios próprios de cada instituição, na medida de suas disponibilidades orçamentárias e administrativas.

GABINETE DO DEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO, em Manaus, 28 de janeiro de 2026.

Rafael Vinheiro Monteiro Barbosa
Defensor Público Geral do Estado

ERRATA

ERRATA DO EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 04/2023-DPE/AM

ONDE SE LÊ:

3.1. O valor mensal do contrato após o reajuste passa a ser de **R\$ 85.517,49 (oitenta e cinco mil quinhentos e dezessete reais e quarenta e nove centavos)**.

3.2. O valor global para 12 (doze) meses passa a ser de **R\$ 1.026.209,88 (um milhão vinte e seis mil duzentos e nove reais e oitenta e oito centavos)**

LEIA-SE:

3.1. O valor mensal do contrato, após o reajuste, passa a ser de **R\$ 85.517,48 (oitenta e cinco mil quinhentos e dezessete reais e quarenta e oito centavos)**.



Sede Administrativa | Av. André Araújo, 679
Aleixo - CEP 69060 - 0000 | Manaus -AM

Rafael Vinheiro Monteiro Barbosa
Defensor Público Geral
Ana Karoline Santos Pinto Rocha
1ª Subdefensora Pública Geral
Marco Aurélio Martins da Silva
2ª Subdefensor Público Geral
Clóvis Roberto Soares Muniz Barreto
Corregedor Geral

A validade deste documento pode ser verificada através da página oficial do Diário do Oficial da DPE-AM, através do QRCode abaixo:





3.2. O valor global para 12 (doze) meses passa a ser de **R\$ 1.026.209,76 (um milhão vinte e seis mil duzentos e nove reais e setenta e seis centavos)**.

GABINETE DO DEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO, Manaus, 27 de janeiro de 2026.

RAFAEL VINHEIRO MONTEIRO BARBOSA
Defensor Público Geral do Estado

PORTARIA Nº 59/2026-GSPG/DPE/AM

A PRIMEIRA SUBDEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 10º, da Lei Complementar nº 01 de 30 de março de 1990, consolidada na forma do art. 9º da Lei Promulgada nº 51, de 21 de julho de 2004 e alterada pela Lei Complementar n.º 267, de 11 de dezembro de 2024.

CONSIDERANDO a atribuição do Defensor Público Geral para praticar atos de gestão administrativa, na forma do art. 9º, inciso XII, da Lei Complementar Estadual n.º 01, de 30 de março de 1990;

CONSIDERANDO o Ato Normativo nº 3/2025-GDPG/DPE/AM, que dispõe sobre a regulamentação da contraprestação oferecida aos membros da Defensoria Pública do Estado do Amazonas, que acumulem mais de dois órgãos de atuação;

CONSIDERANDO o constante na Portaria n.º 231/2024-GDPG/DPE/AM, Ano 10, Edição 2.126, pág. 1-2, datada de 04 de março de 2024, que delegou à Subdefensora Pública Geral, as funções de organização e designação de membros para substituição em casos de férias, folgas, licenças e demais casos de afastamentos previstos em lei;

CONSIDERANDO o teor do processo SEI n. 26.0.000000463-3, SGI n. 2500599;

RESOLVE:

I - DESIGNAR, cumulativamente, a Defensora Pública de 3ª Classe Mariana Silva Paixão para atuar na 1ª Defensoria Pública de Iranduba, no período de 19 de fevereiro a 10 de março de 2026;

II - DESIGNAR, cumulativamente, a Defensora Pública de 3ª Classe Mariana Silva Paixão para atuar na 2ª Defensoria Pública de Iranduba, no período de 19 de fevereiro a 10 de março de 2026;

III - DESIGNAR, cumulativamente, a Defensora Pública de 3ª Classe Stefanie Barbosa Sobral para atuar na Defensoria Pública de Careiro da Várzea, no período de 19 de fevereiro a 10 de março de 2026;

IV - ATRIBUIR a contraprestação na forma do Ato Normativo nº 3/2025-GDPG/DPE/AM, de 22 de maio de 2025, em complemento com o art. 40, § 3º, da Lei Complementar Estadual nº 01, de 30 de março de 1990, alterado pela Lei Complementar Estadual nº 196, de 13 de maio de 2019, e regulamentado pela Resolução nº 013/2019 do Conselho Superior da Defensoria Pública, observado o limite de duas acumulações.

CERTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRIMEIRA SUBDEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 27 de janeiro de 2026.

Ana Karoline Santos Pinto Rocha
Primeira Subdefensora Pública Geral do Estado do Amazonas

PORTARIA Nº 63/2026-GSPG/DPE/AM

A PRIMEIRA SUBDEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso das atribuições, e;

CONSIDERANDO o teor do Processo n.º 26.0.000000315-7;

CONSIDERANDO o que dispõe os artigos 65, 68 e 69 da Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964;

CONSIDERANDO o que dispõe o artigo 95, § 2.º da Lei n. 14.133, de 01 de abril de 2021, e;

CONSIDERANDO, ainda, o que consta na Resolução n.º 043/2014-CSDPE/AM, alterada pela Resolução nº 14/2025CSDPEAM, publicada no Diário Oficial Eletrônico da Defensoria Pública do Estado do Amazonas, no dia 18 de junho de 2025, ano 11, edição 2437;

RESOLVE:

I - AUTORIZAR a liberação de adiantamento para Gustavo Silva de Souza, Analista em Gestão Especializado, matrícula nº 000.736-6A, no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), por meio de depósito em conta bancária vinculada ao Tomador, conforme o artigo 2º da



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO AMAZONAS



Sede Administrativa | Av. André Araújo, 679
Aleixo - CEP 69060 - 0000 | Manaus - AM

Rafael Vinheiro Monteiro Barbosa
Defensor Público Geral
Ana Karoline Santos Pinto Rocha
1ª Subdefensora Pública Geral
Marco Aurélio Martins da Silva
2ª Subdefensora Pública Geral
Clóvis Roberto Soares Muniz Barreto
Corregedor Geral

A validade deste documento pode ser verificada através da página oficial do Diário Oficial da DPE-AM, através do QRCode abaixo:





Resolução n. 43/2014-CSDPE/AM, de 19 de setembro de 2014, alterada pela Resolução n.º 14/2025CSDPEAM, de 18 de junho de 2025, para custear pequenas despesas de Material de Consumo, no elemento de despesas 33.90.30.89;

II - ESTABELECER, nos termos do artigo 7º, da Resolução n.º 43/2014 – CSDPE/AM, de 19 de setembro de 2014, que o prazo de aplicação deste adiantamento é de 90 (noventa) dias, não devendo ultrapassar o término de exercício financeiro;

III – ORIENTAR ao tomador de adiantamento que a prestação de contas deverá ser apresentada e formalizada no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do artigo 9º da referida Resolução, contados da data imediata ao final do prazo de aplicação, sujeitando-se a tomada de contas, se não o fizer nesse prazo;

IV – DETERMINAR ao setor competente a liberação dos recursos ao tomador.

CERTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRIMEIRA SUBDEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 27 de janeiro de 2026.

Ana Karoline Santos Pinto Rocha
Primeira Subdefensora Pública Geral do Estado do Amazonas

Ordenadora de Despesas

PORTARIA Nº 64/2026-GSPG/DPE/AM

A PRIMEIRA SUBDEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 10.º, da Lei Complementar n.º 01 de 30 de março de 1990, consolidada na forma do art. 9.º da Lei Promulgada n.º 51 de 21 de julho de 2004 e alterada pela Lei Complementar n.º 267, de 11 de dezembro de 2024;

CONSIDERANDO o constante na Resolução n.º 002/2017- CSDPE/AM (Consolidada III) de 15.01.2019, publicada no D.O.E DPE/AM, edição 915, pág. 3/8 de 16.01.2019;

CONSIDERANDO a Portaria n.º 603/2024-GDPG/DPE/AM que alterou as tabelas de valores de

diárias constantes dos anexos I e II da Resolução n.º 002/2017 – CSDPE/AM;

CONSIDERANDO o teor do Processo n.º 26.0.000000382-3, datado de 14.01.2026, e da Solicitação SGI n. 2600028, datada de 14.01.2026;

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO o deslocamento do Defensor Público Newton Ramon Cordeiro de Lucena autorizado pela Portaria nº 27/2026-GSPG/DPE/AM, publicada no Diário Oficial Eletrônico da DPE/AM, ano 12 edição 2572 de 14/01/2026, pág. 8/16.

CERTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA SUBDEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 28 de janeiro de 2026.

Ana Karoline Santos Pinto Rocha
Primeira Subdefensora Pública Geral do Estado do Amazonas

PORTARIA Nº 65/2026-GSPG/DPE/AM

A PRIMEIRA SUBDEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 10.º, da Lei Complementar n.º 01 de 30 de março de 1990, consolidada na forma do art. 9.º da Lei Promulgada n.º 51 de 21 de julho de 2004 e alterada pela Lei Complementar n.º 267, de 11 de dezembro de 2024;

CONSIDERANDO o constante na Resolução n.º 002/2017- CSDPE/AM (Consolidada III) de 15.01.2019, publicada no D.O.E DPE/AM, edição 915, pág. 3/8 de 16.01.2019;

CONSIDERANDO a Portaria n.º 603/2024-GDPG/DPE/AM que alterou as tabelas de valores de diárias constantes dos anexos I e II da Resolução n.º 002/2017 – CSDPE/AM;

CONSIDERANDO o teor do Processo n.º 26.0.000001016-1 e 26.0.000001017-0, datados de



Sede Administrativa | Av. André Araújo, 679
Aleixo - CEP 69060 - 0000 | Manaus -AM

Rafael Vinheiro Monteiro Barbosa
Defensor Público Geral
Ana Karoline Santos Pinto Rocha
1ª Subdefensora Pública Geral
Marco Aurélio Martins da Silva
2ª Subdefensor Público Geral
Clóvis Roberto Soares Muniz Barreto
Corregedor Geral





QUARTA-FEIRA, 28 DE JANEIRO DE 2026

Ano 12, Edição 2582 Pág. 5 de 5

28.01.2026 e das Solicitações SGI n. 2600091 e 2600093

RESOLVE:

I - AUTORIZAR o deslocamento de Murilo Rodrigues Breda, Defensor Público 3ª Classe, nos trechos Tabatinga/Santo Antônio do Içá/Tabatinga, no período de 01 a 07 de fevereiro de 2026, a fim de realizar atendimentos presenciais e inspeção carcerária na comarca de Santo Antônio do Içá;

II - AUTORIZAR o deslocamento de Francisco Cuesta de Oliveira, Analista Jurídico de Defensoria, nos trechos Tabatinga/Santo Antônio do Içá/Tabatinga, no período de 01 a 07 de fevereiro de 2026, a fim de acompanhar o defensor público supramencionado, na realização de atendimentos presenciais e inspeção carcerária na comarca de Santo Antônio do Içá;

III - DETERMINAR o pagamento de diárias ao defensor público e servidor acima relacionados.

CERTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRIMEIRA SUBDEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 28 de janeiro de 2026.

Ana Karoline Santos Pinto Rocha
Primeira Subdefensora Pública Geral do Estado



Sede Administrativa | Av. André Araújo, 679
Aleixo - CEP 69060 - 0000 | Manaus -AM

Rafael Vinheiro Monteiro Barbosa
Defensor Público Geral
Ana Karoline Santos Pinto Rocha
1ª Subdefensora Pública Geral
Marco Aurélio Martins da Silva
2ª Subdefensor Público Geral
Clóvis Roberto Soares Muniz Barreto
Corregedor Geral

A validade deste documento pode ser verificada através da página oficial do Diário do Oficial da DPE-AM, através do QRCode abaixo:



GOVERNO ESTADO DO AMAZONAS
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO / 2025 - DEZEMBRO / 2025

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$1,00

DESPESA COM PESSOAL	Despesa Executada com Pessoal														
	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c = a + b)
	JAN/25	FEV/25	MAR/25	ABR/25	MAI/25	JUN/25	JUL/25	AGO/25	SET/25	OUT/25	NOV/25	DEZ/25	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	16.299.600,21	13.186.232,31	13.008.863,86	12.946.093,38	13.101.932,96	17.229.325,36	13.292.547,47	13.040.846,52	14.419.926,95	14.138.555,53	14.143.780,46	14.901.019,64	169.708.724,65	-	169.708.724,65
Pessoal Ativo	16.299.600,21	13.186.232,31	13.008.863,86	12.946.093,38	13.101.932,96	17.229.325,36	13.292.547,47	13.040.846,52	14.419.926,95	14.138.555,53	14.143.780,46	14.901.019,64	169.708.724,65	-	169.708.724,65
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	15.140.068,81	12.007.375,66	11.816.569,41	11.758.417,27	11.891.000,83	16.028.367,22	12.050.959,51	11.813.354,95	13.172.180,87	12.900.137,33	12.940.645,71	13.666.975,00	155.186.052,57		155.186.052,57
Obrigações Patronais	1.159.531,40	1.178.856,65	1.192.294,45	1.187.676,11	1.210.932,13	1.200.958,14	1.241.587,96	1.227.491,57	1.247.746,08	1.238.418,20	1.203.134,75	1.234.044,64	14.522.672,08	-	14.522.672,08
Benefícios Previdenciários															
Pessoal Inativo e Pensionistas															
Aposentadorias, Reserva e Reformas															
Pensões															
Outros Benefícios Previdenciários															
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)															
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente															
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-					-	-	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-					-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração															
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração															
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados															
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	16.299.600,21	13.186.232,31	13.008.863,86	12.946.093,38	13.101.932,96	17.229.325,36	13.292.547,47	13.040.846,52	14.419.926,95	14.138.555,53	14.143.780,46	14.901.019,64	169.708.724,65	-	169.708.724,65

FONTE: Sistema de Administração Financeira Integrada - AFI.

Manaus-AM, 23 de Janeiro de 2026

(Assinado Digitalmente)
VLADYA CATHERINE PASCARELLI OLIVEIRA
Diretora Financeira

(Assinado Digitalmente)
LUÍZ FELIPE DA CAMARA PINTO
Diretor de Controle Interno

(Assinado Digitalmente)
RAFAEL VINHEIRO MONTEIRO BARBOSA
Defensor Público Geral do Estado

GOVERNO ESTADO DO AMAZONAS
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2025

RGF – ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)=(a-(b+c+d+e))	(g)		(h) = (f - g)
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	2.889.192,82	3.713,88	6.520,40		2.056.320,47	822.638,07	539.826,59		282.811,48
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	1.124.138,89	-	-	-	24.028,38	1.100.110,51	3.054,91	-	1.097.055,60
Recursos Vinculados à Previdência Social	732.571,01				24.028,38	-	3.054,91		-
Recursos Vinculados a Fundos						708.542,63			705.487,72
Recursos de Operação de Crédito						-			-
Recursos de Alienação de Bens/Ativos						-			-
Recursos Extraorçamentários Vinculados a Precatórios						-			-
Recursos Extraorçamentários Vinculados a Depósitos Judiciais						-			-
Outros Recursos Extraorçamentários						-			-
Outros Recursos Vinculados						391.567,88			391.567,88
TOTAL (III) = (I + II)	4.013.331,71	3.713,88	6.520,40	-	2.080.348,85	1.922.748,58	542.881,50	-	1.379.867,08

FONTE: Sistema de Administração Financeira Integrada - AFI

Manaus-AM, 23 de janeiro de 2025

(Assinado Digitalmente)
VLADYA CATHERINE PASCARELLI OLIVEIRA
Diretora Financeira

(Assinado Digitalmente)
LUÍZ FELIPE DA CAMARA PINTO
Diretor de Controle Interno

(Assinado Digitalmente)
RAFAEL VINHEIRO MONTEIRO BARBOSA
Defensor Público Geral do Estado

Assinado digitalmente por: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS;19421427000191; Data: 28/01/2026 18:51:48
ND= Common Name: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS;19421427000191; Organizational Unit: Certificado PJ A1; Presentail; 19615240000729; AC SOLUTU; Multipia vs; Locailty; Manaus; State/Province: AM; Organization: ICP-Brasil; County: BR

GOVERNO ESTADO DO AMAZONAS
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2025

Anexo VI

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE	
Receita Corrente Líquida		28.566.006.549,35
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal		28.512.531.259,14
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	169.708.724,65	0,5952%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>		
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>		
RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	542.881,50	1.379.867,08

FONTE: Sistema de Administração Financeira Integrada - AFI

Manaus-AM, 23 de janeiro de 2026

(Assinado Digitalmente)
RAFAEL VINHEIRO MONTEIRO BARBOSA
Defensor Público Geral

(Assinado Digitalmente)
LUÍZ FELIPE DA CAMARA PINTO
Diretor de Controle Interno

(Assinado Digitalmente)
VLADYA CATHERINE P. OLIVEIRA
Diretora Financeira